

## PORTOS

WENDERSON ARAUJO/DIVULGAÇÃO/JC



Foco será na simplificação e aperfeiçoamento de outorgas portuárias para despertar o interesse de investidores da iniciativa privada

# União lança Navegue Simples para incentivar investimentos privados

## Entre os objetivos do governo federal está a desburocratização do setor portuário

O governo federal lançou oficialmente, na semana passada, o programa Navegue Simples, que busca desburocratizar o setor portuário brasileiro. O foco será a simplificação e aperfeiçoamento de outorgas portuárias buscando incentivar investimentos pela iniciativa privada.

Neste momento, o objetivo do programa é simplificar processos de autorização de Terminais de Uso Privado (TUPs), visando à redução do tempo de tramitação processual.

O prazo para concessão de um TUP é de cerca de três anos, segundo técnicos do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

A ideia é reduzir isso para de seis a oito meses.

Segundo o MPor, o programa buscará melhorias contínuas. Cada ciclo do Navegue Simples vai durar quatro anos e, a cada ano, serão executadas ações de melhoria e inovação.

O governo espera que as medidas resultem em investimentos da ordem de R\$ 5,4 bilhões em autorizações e arrendamentos portuários.

Nos termos da divulgação, o Navegue Simples irá entregar como produtos processos redesenhados e simplificados, procedimentos e ritos administrativos aperfeiçoados em relação aos atuais, com inovação e com menor carga burocrática.

Essas medidas deverão encurtar o tempo para se obter um contrato de autorização, arrendamento ou concessão ou ainda, para realizar um adi-

tivo contratual.

“Isso será materializado em revisões de portarias, instruções normativas e resoluções, além de uma área no site do Ministério de Portos e Aeroportos dedicado ao Programa, com todas as informações e painéis acessíveis de forma transparente”, considera o MPor.

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) afirma que, com o Navegue Simples, será possível mapear o fluxo atual de autorização de construção e exploração de instalações portuárias privadas, identificar os pontos de gargalo e sugerir fluxo desburocratizado, visando à redução no tempo processual total.

Para participar do programa, os interessados deverão enviar propostas para um Comitê Técnico. Ao longo do

Programa, o Comitê fará seminários e debates online, consultas, audiências públicas, tomadas de subsídio e outros eventos abertos aos interessados, para levantar ideias e sugestões ou críticas para o aperfeiçoamento das outorgas.

O MPor destaca que o Navegue Simples não terá interferência nos contratos vigentes. O foco será nos processos que resultarão nos futuros contratos e aditivos contratuais, sempre com a finalidade de aperfeiçoamento e eliminação de ineficiências e de carga burocrática.

Uma das demandas do setor, tendo sido apresentada pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) no ano passado, é transformar os contratos de arrendamento em contratos de exploração, com natureza privada.

## Batimetria irá identificar os prejuízos com o acúmulo dos detritos das cheias

A disposição da Portos RS em providenciar uma batimetria nos portos gaúchos – Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre – buscando identificar os prejuízos provocados no calado destas regiões com o acúmulo dos detritos das cheias no Rio Grande do Sul pode ajudar a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal). Em assembleia geral realizada com os municípios associados, ficou definida a contratação de uma empresa para realizar a batimetria na região da Capital pelo mesmo motivo.

De acordo com o presidente da Granpal e também prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata, há um considerável acúmulo de minerais, areia e resíduos em rios da região, em resposta ao problema do assoreamento verificados nos mananciais que abastecem as cidades metropolitanas. De acordo com ele, foi solicitado à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) que realizasse a mineração no rio Guaíba em um prazo mais rápido. No entanto, a fundação precisa avançar em questionamentos judiciais para autorizar a mineração, e isso só será possível no final deste ano.

Em 2022, o governo do Estado havia liberado R\$ 60 milhões para a dragagem do calado do porto da capital, necessária para retirar o material que se depositou ao longo de muitos anos e permitir a passagem de embarcações. A promessa era realizá-la ao longo de 2023, mas se decidiu ampliá-la, o que elevou o custo para R\$ 180 milhões. O novo prazo era 2024, mas a chuvarada trouxe um novo cenário, aumentando em 150% o valor, para R\$ 450 milhões o custo da dragagem.

## RETOMADA

# Logística integrada viabiliza entregas ágeis e eficientes de doações para o RS

**Itens arrecadados são enviados pelos modais marítimo e rodoviário de forma a que cheguem rapidamente e em segurança nas cidades gaúchas**

Segundo a Defesa Civil, mais de 90% das cidades do Rio Grande do Sul foram afetadas pelas chuvas. As autoridades estimam que as enchentes tenham impactado a vida de 2,3 milhões de moradores de 478 municípios. Com o intuito de ajudar e fortalecer as ações relacionadas à entrega das doações às vítimas da região, a Log-In Logística Integrada tem efetuado transportes, de forma voluntária e gratuita, pelos modais marítimo e rodoviário, enviando à população gaúcha itens como água, alimentos, produtos de higiene e roupas.

Graças à confiabilidade e à agilidade proporcionadas pela logística integrada, a empresa garante que essas doações cheguem rapidamente e de forma segura aos destinatários, contribuindo para um auxílio mais efetivo e imediato às comunidades afetadas.

A iniciativa teve início em 6 de maio e, até o momento - os dados mais recentes são de 21 de junho -, já foram entregues cerca de 600 toneladas de doações. De acordo com o vice-pre-



EVANDRO OLIVEIRA/JC

**Já foram entregues cerca de 600 toneladas de itens como roupas, produtos de higiene e alimentos**

sidente de Navegação da Log-In Logística Integrada, Marcus Voloch, a decisão foi impulsionada não apenas pelo agravamento da situação da região, mas também como forma de intensificar a corrente de apoio fornecida pelos órgãos públicos e privados.

“Começamos esse serviço em parceria com um de nossos clientes, inicialmente para envio de água à base da Defesa Civil, em Porto Alegre. A partir daí, nos colocamos à disposição para transportarmos outras doações, e novas demandas foram surgindo em vários

portos do País, que buscamos, a todo custo, atender”, afirma.

O gerente de Backoffice da empresa, Luiz Facco, que está à frente da iniciativa do ponto de vista operacional, ressalta que a Log-In seguirá atendendo às demandas de doações por tempo indeterminado. “Estamos empenhados em conciliar nossas operações do dia a dia com a demanda das doações. Além disso, estamos emprestando equipamentos e contêineres aos nossos fornecedores, a fim de contar com seu apoio para potencializarmos ainda mais

as entregas”, comenta.

Facco lembra que os transportes de doações foram iniciados em trajetos rodoviários no estado de São Paulo. “Fizemos um alinhamento com o Fundo Social de Santos para realizar as transferências das doações, em caminhões da Tecmar, até o Fundo Social do Estado de São Paulo, para posterior distribuição até o estado do Rio Grande do Sul. Com o aumento das demandas para envio de doações, vindas de clientes e instituições do governo, viabilizamos também diversas entregas, que passa-

ram por modais marítimo e rodoviário até chegarem aos destinos finais nas cidades do Sul do País. A flexibilidade na utilização da malha de caminhões da Tecmar foi crucial para agilidade da operação”, destaca.

As operações também passam pela disponibilização de contêineres para algumas instituições do governo, como Marinha e Força Aérea, além de companhias aéreas privadas e autoridades portuárias, que têm promovido campanhas de arrecadação de doações, para posterior transporte rodoviário até o porto e embarque em navios da Log-In, que efetuam cabotagem até os portos do Sul, para serem entregues aos Centros de Distribuição locais.

Facco explica, ainda, que as flexibilizações das normas têm permitido maior agilidade na entrega das doações. “Entre as mudanças, destacam-se as adotadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pela Receita Federal, relacionadas à flexibilização regulatória, nas emissões de documentos e de fiscalização”, explica.

Internamente, a Log-In Logística Integrada tem fomentado o espírito colaborativo dos seus mais de mil colaboradores. Nesse sentido, a companhia encabeçou uma iniciativa a fim de unir os funcionários para arrecadar fundos que serão enviados em amparo ao Rio Grande do Sul, comprometendo-se a dobrar cada uma das contribuições.

“Queremos movimentar, também, nossos profissionais para contribuir à esta importante causa, dobrando os recursos para apoiar a população gaúcha, que neste momento, precisa do nosso apoio”, diz Voloch.

## NEGÓCIOS CORPORATIVOS

### Inovações impulsionam negócios da indústria farmacêutica brasileira em medicamentos e cosméticos

O cenário econômico brasileiro está testemunhando um boom na indústria farmacêutica e cosmética, impulsionado pelo aumento significativo na demanda por medicamentos e produtos de beleza de alta qualidade. De acordo com dados da Sindusfarma, as vendas de medicamentos na indústria farmacêutica registraram um crescimento surpreen-

dente de 16,95% no ano passado, totalizando R\$ 106,78 bilhões. E não é apenas o setor farmacêutico que está prosperando: o mercado de cosméticos também exibiu um crescimento sólido, com um aumento de 8% nas vendas no mesmo período, totalizando R\$ 62,5 bilhões.

“Essa expansão nos mercados farmacêutico e de cos-

méticos trouxe desafios únicos, especialmente em relação à logística. Produtos farmacêuticos e cosméticos requerem condições específicas de armazenamento e transporte, bem como estrita conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)”, afirma Anderson Benetti, Head de Produto para Logística na Senior Sistemas.

Para enfrentar esses desafios, tecnologias estão desempenhando um papel crucial. O Sistema de Gestão de Armazenagem (WMS), por exemplo, tem se destacado como um software

que otimiza o espaço de armazenamento, rastreia produtos com precisão e gerencia estoques de forma eficiente. Além disso, o WMS desempenha um papel fundamental na conformidade regulatória, permitindo o controle de qualidade e a rastreabilidade de produtos, tanto na indústria farmacêutica quanto na de cosméticos.

Outra inovação importante é a automatização da auditoria de fretes, que garante a precisão nas faturas de transporte, detecta divergências e promove a transparência necessária para cumprir as regulamentações. “A

combinação dessas tecnologias cria sinergias que vão além da eficiência logística, reduzindo erros humanos, economizando tempo e recursos e promovendo um melhor controle de qualidade, tudo dentro das rígidas regulamentações do setor”, conta Benetti.

A Senior, líder na oferta de soluções de gestão logística, destaca-se como um parceiro confiável para a indústria farmacêutica e cosmética, com um histórico impressionante de R\$ 2,6 milhões recuperados em auditorias de fretes e R\$ 8 bilhões em fretes auditados, atendendo às necessidades de ambos os setores.

ENERGIA

# Concessionárias precisarão ter compromisso imediato com qualidade para renovar contrato

O decreto do Ministério de Minas e Energia (MME) que será base para as renovações de contratos de 20 concessionárias de energia no País estabelece a necessidade de um “compromisso imediato” com índices de qualidade na prestação de serviços e na verificação da saúde financeira das empresas. O documento, ao qual a Agência Estado teve acesso, foi publicado no 21 de junho, no Diário Oficial da União.

A eficiência com relação ao serviço será mensurada por indicadores sobre a frequência e a duração média das interrupções do serviço público de distribuição de energia elétrica. Já a eficiência com relação à gestão econômico-financeira será avaliada por indicador que ateste a capacidade de a concessionária “honrar seus compromissos” de maneira sustentável.

Esses dois principais pilares serão aferidos individualmente para cada concessionária e a cada ano. Caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apurar e dar publicidade à verificação da prestação do serviço adequado, bem como definir ponto a ponto os critérios de qualidade.

“A licitação ou a prorrogação deverá ser realizada com compromisso imediato de atendimento de metas de qualidade e eficiência na recomposição do serviço com critérios mais rígidos, de forma isonômica em toda a área de concessão, em benefício dos usuários de energia elétrica”, cita o documento.

Conforme previsto, o texto trata da possibilidade de a Aneel, no caso de descumprimento de indicadores de qualidade técnica, comercial e eco-

nômico-financeiros, estabelecer limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, respeitando os limites mínimos legais.

A limitação ao mínimo legal (25% do lucro líquido ajustado) funcionará como uma penalidade pelo descumprimento de requisitos de saúde financeira e qualidade no serviço.

Na discussão interna do decreto pelo Ministério de Minas e Energia (MME), houve dúvida de interpretação sobre considerar ou não a qualidade do serviço prestado para eventual limitação de dividendos, para além do equilíbrio econômico-financeiro. Ambos os requisitos estão previstos na versão final.

As concessões de distribuição de energia elétrica poderão ser prorrogadas ou licitadas por 30 anos. Pelo decreto, ficou ins-



ERIC PIERMONT/AFP/JC

Eficiência com relação ao serviço será mensurada por indicadores

tituída a chamada Rede Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica (Renacon). Ela terá natureza colaborativa e adesão voluntária, destinada a incentivar a atuação em rede dos Conselhos

de Consumidores de Energia Elétrica. A meta é “fomentar e harmonizar a orientação, a análise e a avaliação” das questões relativas à prestação do serviço público de energia elétrica.

## Maior geradora de energia solar do mundo investe R\$ 2 bilhões no Nordeste e defende subsídios

A empresa chinesa Spic, maior do mundo quando o assunto é geração de energia solar, acaba de estreitar nesse segmento no Brasil com a inauguração de dois empreendimentos no Nordeste.

Com investimento de R\$ 2 bilhões, os projetos no Ceará e no Piauí se somam a outras fontes operadas pela companhia, que tem como meta figurar entre as três maiores geradoras do País até 2025.

Para que os investimentos em energia limpa sigam crescendo, porém, a presidente da filial brasileira da companhia, Adriana Waltrick, defende a continuidade de subsídios.

“Dada a sobreoferta de energia, para viabilizar novos projetos a gente precisa ainda do desconto no fio, na distribuição e na

transmissão. Para o futuro, cada indústria é diferente. A do hidrogênio verde deve necessitar de subsídios para poder se levantar, assim como aconteceu com a solar e a eólica”, disse Adriana no evento de inauguração do Complexo Panati, em Jaguaratama (CE), cidade a 240 km de Fortaleza.

O desconto no fio citado pela executiva é um subsídio para projetos de energia renovável no uso da linha de transmissão e que é pago por todos os consumidores na conta de luz. Uma medida provisória assinada em abril pelo presidente Lula (PT) prorrogou o prazo para que esses projetos ganhem o desconto.

Especialistas ouvidos pela Agência Folhapress calculam que o impacto pode ser de R\$ 6

bilhões ao ano dentro da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que reúne subsídios do setor e são pagos na conta de luz.

O subsídio também foi defendido pelo governador do Ceará, Elmano de Freitas (CE), que esteve na inauguração do complexo solar no sertão cearense.

“Nós atuamos juntos ao presidente Lula para que esses benefícios, que estavam garantidos em lei para os investidores, pudessem ser prorrogados até que o leilão fosse feito e as linhas de transmissão pudessem ser viabilizadas”, disse Freitas.

O governador ainda ressaltou a importância do marco legal do hidrogênio para o estado, que foi aprovado pelo Senado em 19 de junho. Como teve alterações no texto, a proposta volta à Câmara.

Construído em cerca de 12 meses, o complexo solar do Panati tem capacidade instalada de 292 MWp (megawatt-pico), o suficiente para abastecer cerca de 350 mil residências.

O investimento da Spic Brasil no projeto foi de aproximadamente R\$ 1 bilhão, dos quais 65% foram financiados junto ao Banco do Nordeste - o restante veio de recursos próprios.

Somada ao parque de Marangatu, em Brasileira (PI), a capacidade instalada total do complexo é de 778 megawatts, o que o torna no quarto maior do País, de acordo com a empresa. Aproximadamente 75% da energia gerada está comprometida em contratos de longo prazo, e a produção restante será vendida no mercado livre de energia (em

que o consumidor negocia com uma comercializadora o preço da eletricidade).

A Spic Brasil comprou 70% de participação dos dois projetos na fase “greenfield” (feitos a partir do zero) em junho de 2022. A vendedora foi a Recurrent Energy, controlada pela Canadian Solar, e que fica como sócia minoritária dos empreendimentos.

Com 176 GW (gigawatts) de capacidade instalada globalmente, a Spic é uma das cinco maiores geradoras da China. Apenas na fonte solar são 71 GW.

No Brasil, ela também atua na geração hídrica, com a usina de São Simão (GO), na eólica, com dois parques na Paraíba, e na térmica, via participação no GNA (Gás Natural Açú), em São João da Barra (RJ).

## Startup quer levar energia solar ao pequeno varejo em cidades do Interior para criar ruas de comércios verdes

A Performa Energy, uma startup originada da Performa Brasil, foi selecionada para participar do Energy Summit 2024, um dos maiores eventos mundiais voltados para energia, empreendedorismo e inovação. O evento, que ocorreu em junho, no Rio de Janeiro, tem a curadoria da MIT Technology Review, e reuniu empresas e startups de ponta para

discutir e apresentar as últimas inovações no setor de energia.

No evento, a Performa Energy esteve presente no espaço dedicado às startups, onde apresentou suas soluções inovadoras para o mercado de energia, com foco no pequeno varejo em cidades do interior. O objetivo da startup é construir ruas de comércios verdes nas pequenas

cidades, além de conscientizar os pequenos empresários do impacto menor que podem gerar no meio ambiente usando a energia solar.

A empresa quer conectar a indústria solar às micro e pequenas empresas de comércio e serviços, por meio de uma metodologia de porta-a-porta e geolocalização, que permite um aten-

dimento geográfico preciso e um relacionamento estreito com pequenos empreendedores.

Entre os cases de sucesso da Performa Energy está a parceria com a EDP Brasil, uma das maiores multinacionais de Portugal e uma das principais empresas de energia no Brasil. Juntas, as empresas já instituíram um projeto piloto no litoral de São Paulo.

“A participação no Energy Summit 2024 representa um marco importante na trajetória da startup, consolidando nossa posição em soluções que buscam inovar no mercado de energia solar. Temos um foco em sustentabilidade, procurando dar acesso à energia limpa para os pequenos negócios”, diz o CEO da startup, Pedro Melo.

## PERSPECTIVAS

# KPMG lista 10 tendências para infraestrutura

Em 2024 deve haver mais progresso e adoção de inovação em infraestrutura, especialmente em setores críticos, como energia e infraestrutura urbana. Também a quantidade de capital filantrópico alocada para o desenvolvimento de infraestrutura está aumentando e o magnetismo dos centros urbanos está se dispersando. Ao mesmo tempo, parece haver um contínuo deslocamento em direção à descentralização da infraestrutura. Essas são algumas das perspectivas do relatório “Tendências Emergentes em Infraestrutura em 2024 – Possibilitando transições” produzido pelos líderes de infraestrutura da KPMG em diversos países e territórios.

“A infraestrutura é fundamental para catalisar o crescimento econômico e facilitar o comércio. Para tanto, será necessária uma mudança nos mecanismos de financiamento, inovação nos regimes regulatórios, novas técnicas de construção, muita flexibilidade e criatividade”, diz Leonardo Giusti, sócio-líder de Infraestrutura, Governo e Saúde da KPMG no Brasil.

O conteúdo da KPMG aponta dez tendências dos novos caminhos nas áreas de atuação do setor de infraestrutura:

**1 - Foco mais amplo para a transição justa:** o maior desafio consistirá em garantir que o investimento, o desenvolvimento e os resultados de sustentabilidade sejam distribuídos equitativamente entre os mercados desenvolvidos e emergentes.



TÂNIA MEINERZ/JC

Mais progresso e adoção de inovação especialmente em setores críticos, como o de energia, são destaques

**2 - Virada geopolítica:** atores e investidores em infraestrutura devem se concentrar em encontrar maneiras de medir, gerenciar e mitigar os riscos acarretados pelas incertezas geopolíticas e econômicas.

**3 - Aumento do capital filantrópico:** os investidores filantrópicos estão usando uma força financeira e expectativas de retorno diferentes para ajudar os bancos de desenvolvimento multilaterais (MDBs) a atrair mais capital do setor privado para seus projetos, com o uso de formas de ‘financiamento misto’.

**4 - Rumo à “malha de infraestrutura”:** o magnetismo dos centros urbanos está se dis-

persando. O mundo será fundamentalmente diferente para planejadores e investidores em infraestrutura que terão o desafio de criar mecanismos de desenvolvimento que conversem com essa nova dinâmica nos seus projetos.

**5 - Contratação de tecnologia:** considerando maior demanda tecnológica por parte de governos e instituições internacionais, haverá mais progresso e adoção de inovação em infraestrutura, especialmente em setores críticos, como energia, ambiente construído e infraestrutura urbana.

**6 - Impulso à transmissão de energia:** na busca por um ca-

minho para a emissão zero de carbono (net zero), espera-se que os investidores aumentem a pressão por meio da alocação de capital, como também que os órgãos reguladores atuem mais em cobranças de progresso nessa área. Há expectativas sobre a criação de programas inovadores por parte das instituições globais que incentivem o capital para a transição energética nos mercados emergentes.

**7 - Reforma do escopo regulatório:** com a definição de temas como segurança cibernética, resiliência, descarbonização, financiamento e inovação para o âmbito dos reguladores, acredita-se que debates trarão expan-

são a essas capacidades regulatórias e alcancem o auge em muitos mercados.

**8 - Ceder sem quebrar:** os desenvolvedores de infraestrutura adotarão soluções baseadas na natureza em vez de insistirem no uso do concreto. Isso está ganhando destaque devido ao crescente corpo de evidências que sugere sua eficácia, sustentabilidade e acessibilidade superiores em relação à tradicional “infraestrutura cinza”.

**9 - Corrida pelo crescimento sustentável:** os formuladores de políticas e líderes devem perceber que o crescimento sustentável equitativo, distribuído de maneira uniforme, é a solução para muitos problemas. Isso exige um trabalho de colaboração entre as nações, ainda que, no momento, muitos países optem pela prática de proteção nacional.

**10 - A próxima fronteira:** a tendência é que governos e planejadores de infraestrutura passem a atribuir maior ênfase à criação de flexibilidade em seus designs, estando assim prontos para o recebimento de novas tecnologias disruptivas sem maiores impactos internos.

“Precisamos mudar a maneira como planejamos, financiamos, desenvolvemos e operamos nossa infraestrutura, pois ela é a base da renovação urbana, estabelece os fundamentos para a transformação digital e pode contribuir para a equidade social”, afirma Tatiana Gruenbaum, sócia-diretora líder do segmento de Infraestrutura da KPMG no Brasil.

## OPINIÃO

### A urgência do desassoreamento de hidrovias para a economia estadual

Kayo Soares

CEO da Arvut, consultoria em meio ambiente, saúde e segurança

Após as enchentes históricas que assolaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, há intensos debates sobre medidas preventivas e de reconstrução para mitigar futuros impactos. Um dos principais focos atuais é o assoreamento dos rios, que exacerbou os efeitos das enchentes e requer atenção urgente.

O assoreamento resultante do desastre climático registrado no Estado é preocupante

não apenas pela sua relação com os eventos catastróficos, mas também pela sua influência crucial na hidrovía que conecta a região metropolitana de Porto Alegre ao Porto do Rio Grande.

Esta hidrovía representa um importante ativo econômico para o Estado, oferecendo um transporte mais seguro, menos poluente e ambientalmente vantajoso em comparação com o modal rodoviário.

As fortes chuvas depositaram grandes quantidades de solo, lixo e areia nos rios,

Guaiíba e Lagoa dos Patos, afetando os canais de navegação com assoreamento. Durante as enchentes, os níveis elevados das águas compensaram a redução de profundidade causada pelo assoreamento.

No entanto, quando os níveis baixarem, o assoreamento pode diminuir o calado dos canais, dificultando a navegação e impactando severamente as empresas que dependem da hidrovía para transporte de matéria-prima e produtos acabados.

Essas empresas, cujas ope-

rações e cadeias de suprimentos são estruturadas em torno do uso da hidrovía, enfrentarão aumento de custos e menor competitividade se forem forçadas a recorrer predominantemente ao transporte rodoviário. Isso não só sobrecarregará as rodovias, mas também prejudicará a economia, a geração de empregos e a retomada econômica do Rio Grande do Sul.

Portanto, é crucial integrar a manutenção e desassoreamento das hidrovias como parte essencial dos esforços de reconstrução. Investir na recu-

peração e na capacidade operacional das hidrovias não deve ser adiado, pois é fundamental para sustentar a economia regional e garantir a competitividade das empresas locais no cenário pós-desastre.

Este enfoque não apenas ajuda a mitigar os impactos das enchentes futuras, mas também fortalece a infraestrutura essencial para a recuperação econômica sustentável do Estado, beneficiando diretamente as pessoas e os negócios que dependem dessas vias navegáveis.